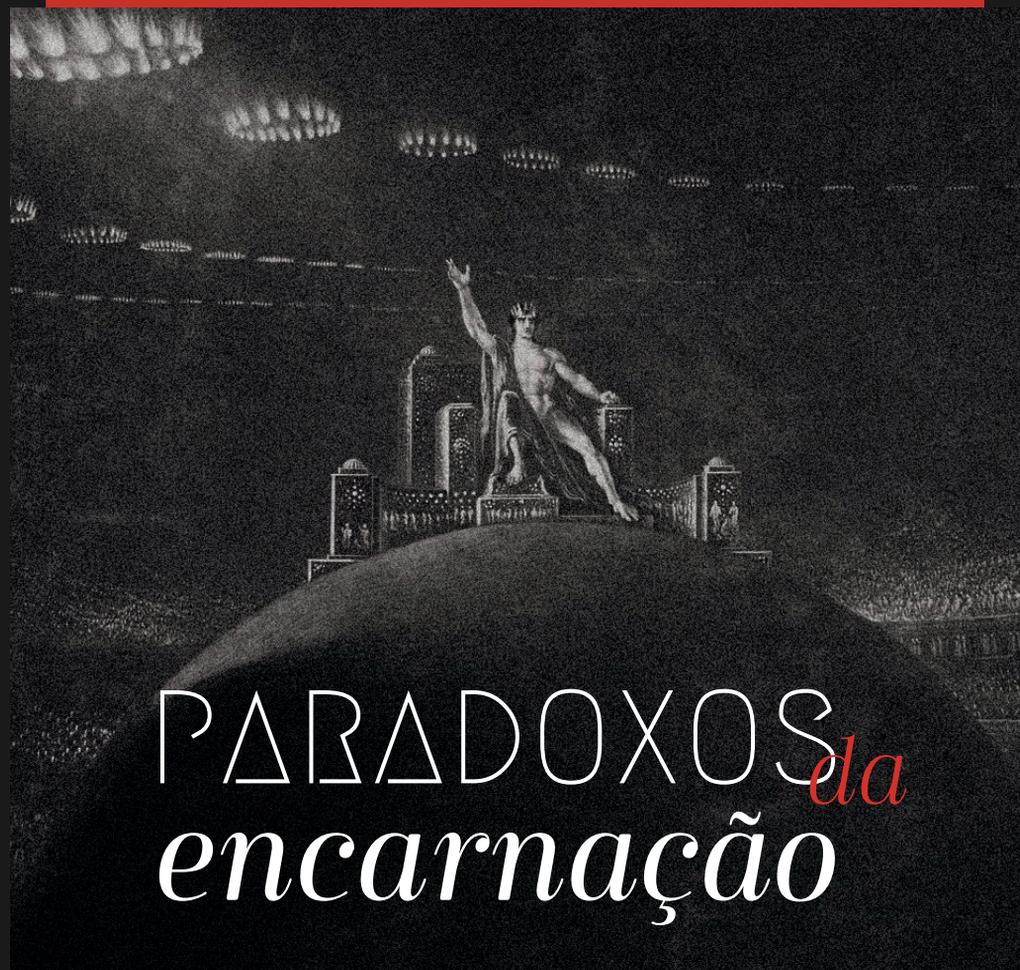


Ramon Mapa da Silva



PARADOXOS *da*  
*encarnação*

*por uma radicalização democrática da teologia política*

PARADOXOS *da*  
*encarnação*



Ramon Mapa da Silva

PARADOXOS *da*  
*encarnação*

*por uma radicalização democrática da teologia política*





**Belo Horizonte** | **São Paulo**  
Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,  
Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82  
Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP  
CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2019, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2019, Ramon Mapa da Silva.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,  
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

*Editor Chefe* Plácido Arraes

*Editor* Tales Leon de Marco

*Produtora Editorial* Bárbara Rodrigues

*Capa, projeto gráfico* Nathalia Torres  
Letícia Robini

*Imagem: [Satan presiding at the Infernal Council - 1824]  
por John Martin | licenciado pelo Wikimedia Commons*

*Diagramação* Nathalia Torres

## Catálogo na Publicação (CIP) Ficha catalográfica

SILVA, Ramon Mapa da.

Paradoxos da Encarnação: por uma radicalização democrática  
da teologia política -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

276 p.

ISBN: 978-65-80444-95-3

1. Direito. 2. Filosofia do Direito. I. Título.

CDD340.1

CDU340.12

GRUPO  
D'PLÁCIDO



Rodapé



מֵאִי־בְּגַד הָרוּחַי מֵעַ - לָכֵן נָתַתִּי יָמָיו יְלֵד הַתַּאֲ אֲנִקְמָהּ הַשֵּׁמ וּלְ רַמְאִיו  
מֵהַיֵּלֶע וְחֹר - תָּא הָרוּחַי נָתַתִּי - יֵכ

*Respondeu-lhe Moisés: “Estás ciumento por minha causa?  
Oxalá todo o povo de Iahweh fosse profeta,  
dando-lhe Iahweh o seu Espírito.”*

Números, 11:29







# AGRADECIMENTOS

A redação dessa tese coincidiu com momentos muito difíceis. Na verdade, os mais difíceis da minha vida. Sem o apoio e a amizade de algumas pessoas ela não existiria. A ajuda dessas pessoas foi muito além de qualquer suporte acadêmico ou discussão intelectual para o enriquecimento do trabalho, e eu nunca conseguirei demonstrar plenamente minha gratidão.

À Joyce, que quando aluna fez de mim um professor melhor, como colega de Doutorado fez de mim um pesquisador melhor e como amiga, uma pessoa melhor. Que meu muito obrigado a ela se estenda a todos os amigos que fiz em sala de aula nesses quatro anos.

À Débora, pelo reencontro.

Aos meus pais, que merecem um filho mais presente e mais dedicado do que pude ser nesses últimos tempos. Amo vocês mais que tudo.

Às minhas irmãs, pelo carinho.

À Irene, que tem sido uma amiga sem igual.

À Duda, você será sempre meu solzinho com estrelas.

Ao amigo e professor Vitor Sartori, não só pelas aulas incríveis, mas por toda ajuda nas leituras deste trabalho e por partilhar comigo seu entusiasmo com o pensamento emancipador e revolucionário.

Ao meu amigo José Carlos, que não só partilhou toda sua formação teológica, me inspirando e me estimulando nas encruzilhadas teóricas deste texto, mas por ter sido uma presença constante nestes tempos difíceis.

Ao meu orientador Andityas, por ter acreditado nesta tese, mesmo quando ela não passava de um projeto simplório e bem desengonçado. Muitas das ideias desta tese vieram de suas aulas e de suas sugestões e por mais que seu rigor por vezes me intimidasse, não houve momento partilhado com ele que não tenha sido de enorme aprendizado. Sem ele eu estaria ainda apenas molhando a ponta dos pés no “oceano Benjamin”. Obrigado por me fazer

mergulhar. Se esse trabalho possui algum mérito, acredito, é a sua radicalidade, e esse mérito é seu.

Aos meus alunos, parceiros de jornada.

E ao Drogo, meu filhotinho, papai te ama.

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO:</b>	
Nem sabre, nem punhal: justiça.....	13
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
Pressupostos teórico-metodológicos.....	19
Entre Schmitt, Benjamin e a multidão.....	44
Plano do texto.....	64
<b>1. SCHMITT E SUA SOMBRA.....</b>	<b>65</b>
1.1. A teologia política de Carl Schmitt.....	65
1.2. Razão teológica e razão política.....	82
1.2.1. Política da maldade e maldade política.....	84
1.2.2. Contrateologias satânicas.....	93
1.3. Para abandonar o tempo schmittiano: autoridade, exceção e monstros.....	107
1.4. Tempos de Schmitt: o <i>katechon</i> .....	118
1.5. Tempos de Benjamin: <i>Jetztzeit</i> .....	139
<b>2. MESSIANISMO E TEOLOGIA POLÍTICA.....</b>	<b>153</b>
2.1. Desacorrentando o <i>katechon</i> .....	153
2.2. Apostasia e redenção: visões do apocalipse.....	164
2.3. O messianismo político.....	183
2.4. Messianismo e justiça.....	185
2.5. Profetismo, justiça e revolução.....	211

<b>3. A RELIGIÃO CAPITALISTA E SUA DESATIVAÇÃO TEOLÓGICO- DEMOCRÁTICO-RADICAL</b> .....	<b>221</b>
3.1. Capitalismo como religião.....	221
3.2. Culto e simbolismo.....	227
3.3. O dom mais precioso.....	235
3.4. Inoperosidade e teopolítica radical: a vida da potência no Messias.....	243
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>261</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>267</b>

# PREFÁCIO

*Nem sabre, nem punhal: justiça*

*Andityas Soares de Moura da Costa Matos<sup>1</sup>*

Em um importante texto dedicado a pensar a vida dos estudantes, o jovem Walter Benjamin afirma que as ideias mais revolucionárias de determinada época se apresentam sob as vestes do que há de mais ridículo e desacreditado dessa mesma época.<sup>2</sup> Esse princípio metodológico radical, que funciona como um radar do *resto*, do *menor*, do *obscuro* nos ensina a procurar questões – ai daquele que procura respostas! – lá onde elas parecem desimportantes, cotidianas, banais, pois é ali, e não no altar dos grandes acontecimentos, que podemos proceder ao desmonte crítico e à implosão da tradição. Nesse sentido, as perguntas fundamentais que gravitam em torno da política e do direito – que dizem respeito, por exemplo, à relação entre ambos e a justiça, a violência, a legitimidade etc. – só encontram seu ponto de inflexão, sua *experiência de verdade*, naquilo que parece inatural, extemporâneo, decididamente fora dos eixos. E aí, onde as grandes vozes da história se tornam inaudíveis, que podemos escutar o rio subterrâneo que, lenta mas inexoravelmente, compõem aquilo que depois será sacralizado. É por isso que uma investigação sobre a natureza e o sentido do direito e da política deve passar necessariamente pela teologia política.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito, Mestre em Filosofia do Direito e Doutor em Direito e Justiça pela Faculdade de Direito e Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Filosofia pela Universidade de Coimbra (Portugal). Professor Associado de Filosofia do Direito e disciplinas afins na Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG. Professor Visitante na *Facultat de Dret de la Universitat de Barcelona* (Catalunya) no ano letivo de 2015–2016. Professor Residente no Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT) da UFMG no ano de 2017–2018. *E-mails*: vergiliopublius@hotmail.com e andityas@ufmg.br

<sup>2</sup> BENJAMIN, Walter. Das Leben der Studenten. In: BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften*. Band II. Unter Mitwirkung von Theodor W. Adorno und Gershom Scholem. Hrsg. Rolf Tiedemann und Hermann Schweppenhäuser. Frankfurt-am-Main: Suhrkamp, pp. 75–87, 1991.

A maioria dos pensadores que se dedicam a discutir questões “científicas” relacionadas ao direito e à política simplesmente riria dessa proposta; outros a tomariam, de forma complacente, como uma necessidade um pouco bizarra de utilizar símbolos e metáforas religiosas com o objetivo de ilustrar teses que, para serem efetivamente compreendidas, precisam ser detalhadas mediante o instrumental técnico-teórico das ciências político-jurídicas. De qualquer modo, quase ninguém julgaria adequado abordar problemas jurídicos ou políticos mediante construções teológicas, as quais poderiam comparecer, no máximo, enquanto erudito – mas, no fim das contas, dispensável – complemento. Ao agir assim, esses autores – “modernos”, “científicos”, “metódicos” – deixam de perceber a dimensão essencialmente sacral de toda experiência político-jurídica, a qual não pode ser simplesmente superada, dado que todo direito e toda política são, ao fim e ao cabo, ficcionalizações que dependem, para funcionar e reger o mundo, daquilo que Coleridge chamava de *suspension of disbelief* ou, em termos mais simples: fê.

Pensar de maneira teológico-política significa pensar por meio da mesma forma com que se constituem o direito e a política, ou seja, significa pensá-los por dentro, captando suas linhas de força e de fuga no momento mesmo em que se interceptam umas às outras. Assim, ao contrário do que julgam os cientistas do direito e da política, a reflexão radical da teologia política não é algo retrógrado e meramente livresco, representando antes o dispositivo capaz de trazer à luz uma compreensão arqueológica – e muitas vezes trágica – do poder, tanto de sua faceta dinâmica (a política) quanto de sua faceta estática (o direito). Assim, é somente com a superação dos preconceitos laicistas e liberais, que veem erroneamente na teologia política uma esfera atrelada ao obscurantismo e à religião, que podemos mergulhar efetivamente nessa perspectiva assustadora do nada, do qual surge a decisão, já dizia Carl Schmitt,<sup>3</sup> e entender como, a partir desse nada, regras, códigos e impérios são fundados (e destruídos). Porque, como lembra o velho Benjamin, se a teologia é pequena e feia, nem por isso ela deixa de ser a mão invisível que joga e sempre ganha a partida de xadrez em que o destino dos seres viventes é apostado.<sup>4</sup>

O problema, todavia, é que historicamente a teologia política cumpriu uma função conservadora, tal como demonstra a obra de Carl Schmitt, seu maior cultor no século XX. De fato, a teologia política de Schmitt se centra na soberania não para *explicar* o que é o direito e a política, mas para *justificar* a existência de um certo direito e de uma certa política, aquelas que, em um

---

<sup>3</sup> “Die Entscheidung ist, normativ betrachtet, aus einem Nichts geboren” (SCHMITT, Carl. *Politische Theologie: vier Kapitel zur Lehre von der Souveränität*. Berlin: Duncker & Humblot, 1985, p. 42). Tradução: “Normativamente considerada, a decisão nasceu de um nada”.

<sup>4</sup> BENJAMIN, Walter. Über den Begriff der Geschichte. In: BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften*. Band I. Hrsg. Rolf Tiedemann und Hermann Schweppenhäuser. Frankfurt-am-Main: Suhrkamp, pp. 691-704, 1991, p. 691.

mundo anárquico e envenenado pela velocidade irracional da técnica, substituem funcionalmente Deus quando ele não é mais possível, construindo e reconstruindo ordens sempre precárias mediante a ditadura do sabre, única alternativa diante da ditadura do punhal que os bolcheviques muito rapidamente ensinaram ao mundo ser possível. Com isso a teologia se tornou um discurso de legitimação do direito e da política, perdendo assim suas potencialidades an-árquicas e se rendendo ao século. A poderosa obra de Schmitt funcionou como um *katéchon*, um desacelerador *qui tenet*: ao mesmo tempo que impede a resolução apocalíptica de todas as coisas, o faz por meio de um gesto marcadamente autoritário, como se o direito e a política só pudessem funcionar, em última instância, enquanto dispositivos conservadores. Para Schmitt, a alternativa à ordem autoritária é pura e simplesmente o caos, sem possibilidade de um terceiro termo. Daí deriva, em grande medida, o raço antidemocrático que muitos sentem até hoje habitar o corpo anfíbio desse desconfortável híbrido, a teologia política.

É contra essa postura que se alça a escritura de Ramon Mapa da Silva neste belo trabalho, originalmente sua Tese de Doutorado por mim orientada no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. A tarefa que ele se propôs foi enorme: tratava-se não apenas de revalorizar a teologia política enquanto estrutura de investigação e de pensamento válida e potente – o que é especialmente difícil em um terreno amorfo e impotente como a gélida seara da Filosofia do Direito, hoje dominada pelas tábuas de argumentação de autores como Alexy e Dworkin –, mas também indicar que ela não se resume a Schmitt, que uma outra teologia política, de matriz democrática, é não apenas cabível, mas necessária, e que sem ela não se pode resistir ao *deus absconditus* do capital, aparentemente tão racional e matemático mas que, bem vistas as coisas, constitui o ídolo da mais terrível das religiões culturais. Adivinha-se assim que o autor deste livro construiu seu caminho ao aprimorar a sutil arte de fazer inimigos.

Sem dúvida, o ônus argumentativo que o autor assumiu é pesadíssimo, pois ao mesmo tempo que precisa reafirmar diante de liberais e procedimentalistas o valor da teologia política enquanto via crítica para se pensar a política e o direito atuais, necessita também destruir suas bases schmittianas e construir uma teologia política que não se limite a justificar o mundo, mas que, abrindo as portas para o messias-multidão, denuncie o escândalo permanente em que vivemos, preparando o ato revolucionário verdadeiramente teológico que é a autossupressão. Assim como o Cristo se deixou matar no madeiro para salvar a humanidade, assim como a vanguarda revolucionária tem que se autodestruir para não se transformar em *apparatchik*, também a teologia política deve assumir o excessivo e perigoso nome desse princípio an-árquico que não cessa de se por e se depor: democracia.

Diante de tão graves tarefas, entendo que o autor obteve êxitos memoráveis. Antes de mais, é impressionante a fluidez, a clareza e o ritmo do texto, sempre em estado de alerta, como em um *crescendo* que leva o leitor, de um fôlego, da primeira à última página. Não é pequeno o mérito daquele que, lidando com um terreno extremamente sensível, disputado e complexo, consegue traduzir ideias e discussões muitas vezes esotéricas para uma linguagem exotérica, ou seja, democrática. A própria arquitetura do trabalho em três grandes blocos indica essa sensibilidade didática do autor, certamente devida à sua já longa prática como professor. Contudo, é importante frisar que em nenhum momento o texto perde em densidade e rigor teórico-conceitual.

Na primeira parte do livro, Ramon Mapa da Silva ajusta as contas com o gigante Carl Schmitt, aproveitando o embate para introduzir os conceitos básicos do debate teológico-político. É nessa primeira investida que aparece também a contraparte de Schmitt, Walter Benjamin, que, se não construiu uma teologia política sistemática capaz de se opor àquela de recorte schmittiano, certamente aportou os materiais para tanto, dentre os quais se destaca a figura do messias, obliquamente presente em boa parte dos textos de Benjamin. O messias não é uma pessoa, mas um motivo teológico-político para evocar a revolução, a destruição de todas as coisas, a abertura democrática de um novo tempo. É em torno dessa figura que o autor constrói a segunda parte do livro, demonstrando que o messias – e não o soberano – constitui a figura teológico-política por excelência. Isso traz importantes consequências, pois altera o registro e a dinâmica da teologia política tradicionalmente pensada por Schmitt – a única conhecida nas Faculdades de Direito, *loci*, aliás, aos quais ela se adapta muito bem, por ser conservadora e elitista –, que deixa então de justificar e sustentar o mundo para denunciá-lo e, no limite, destituí-lo. Desse modo, a teologia-política se torna, de fato, teológica e política, por apontar para um mais-além e deixar de justificar o escândalo. Uma teologia política democrática digna desse nome é então uma teologia messiânica, conclui o autor, pois sua função não é preservar este mundo, mas, destruindo-o, abrir espaço para outros. Só assim se pode pensar seriamente a justiça, que em uma dimensão teológico-política democrática já não é uma virtude entre outras, mas um *estado do mundo*, quer dizer, algo comum, inapropriável, que não se submete aos vendilhões do tempo. É a esses tristes personagens – habitantes da casa do desespero – que o autor dirige seu chicote na terceira parte, desenvolvendo a brilhante intuição de Benjamin que, ultrapassando com um gesto eletrizante as laboriosas investigações do erudito Max Weber, afirma que o capitalismo não simplesmente tem bases e origens religiosas, mas é, ele próprio, uma religião.<sup>5</sup> Uma que é preciso destituir, continua o autor, pintando

---

<sup>5</sup> BENJAMIN, Walter. Kapitalismus als Religion [Fragment]. In: BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften*. Band VI. Hrsg. Rolf Tiedemann und Hermann Schweppenhäuser.

com cores fortes o caráter grotesco dessa fé no dinheiro que vitima especialmente os *mikroi*, os pequenos deste mundo que têm negada a possibilidade de *enfuturar-se*, condenados que estão ao tempo morto do relógio e do capital, que apenas uma operação radical de destituição pode profanar, devolvendo os homens ao tempo e o tempo aos homens.

Há uma tensão elétrica que perpassa todo o livro, indicando que, mais do que um texto destinado ao cumprimento de uma qualquer norma regulamentar, trata-se aqui de uma experiência vital, uma abertura, um gesto. O que está em jogo, para o autor, não são as respostas que ele poderia dar, mas a capacidade de fazer as perguntas corretas; e se a história do direito e da política nos mostra que os vencedores nunca cessaram de vencer, que a multidão sempre já perdeu, parece que aqui o autor nos convida, como Samuel Beckett, a falhar de novo, a falhar melhor e, de derrota em derrota, afrontar a Besta, indicando que, para além da escravidão no céu e do reinado no inferno, há outras vias que passam pela compreensão do infernal que há em todo reinado, quer dizer, passam por uma crítica a toda autoridade e a todo comando, razão pela qual a democracia só pode ser radical, nunca representativa, chegando assim a confundir-se com a vida. Daí surge o tema central da encarnação, do fazer-se não simplesmente corpo – o qual exigiria uma cabeça a comandar, nos lembra o acéfalo Bataille –, mas carne monstruosa, sempre palpitante com o desejo de liberdade. E é essa teologia política da carne – e não do fantasma, da Ideia, do *Geist* – que Ramon Mapa da Silva nos oferece. Tomai e comei. Isto é o *nosso* corpo.

Belo Horizonte, verão de 2019.

“

A tarefa que [o autor] se propôs foi enorme: tratava-se não apenas de revalorizar a teologia política enquanto estrutura de investigação e de pensamento válida e potente – o que é especialmente difícil em um terreno amorfo e impotente como a gélida seara da Filosofia do Direito, hoje dominada pelas tábuas de argumentação de autores como Alexy e Dworkin –, mas também indicar que ela não se resume a Schmitt, que uma outra teologia política, de matriz democrática, é não apenas cabível, mas necessária, e que sem ela não se pode resistir ao deus absconditus do capital, aparentemente tão racional e matemático mas que, bem vistas as coisas, constitui o ídolo da mais terrível das religiões culturais. Adivinha-se assim que o autor deste livro construiu seu caminho ao aprimorar a sutil arte de fazer inimigos.”

Andityas Soares de  
Moura da Costa Matos

